
O VALOR SEMÂNTICO DOS ANTROPÓNIMOS NO TEXTO PROVERBIAL

Ana Cristina Macário Lopes*

1. A concepção clássica do *nome próprio*, defendida por Stuart Mill, sustenta que ele é, por excelência, o signo da constante individual: desprovido de "conotação"⁽¹⁾, isto é, desprovido de significado, o nome próprio limita-se a "denotar" um indivíduo. Nesta perspectiva, o nome próprio não veicula qualquer conteúdo descritivo, sendo assim intencionalmente nulo ou vazio, e cumpre apenas a função de referir um objecto singular.

Esta concepção de nome próprio (NP) como designador vazio, intuitivamente bastante plausível, revela-se, no entanto, incapaz de explicar as predicções de identidade entre NPs (do tipo "Ajar é Romain Gary", "Adolfo Rocha é Miguel Torga", "Alberto Caeiro é Fernando Pessoa") que não são interpretadas como afirmações tautológicas. Surge então uma perspectiva diferente de análise, conhecida pelo nome de teoria descritiva dos NPs e predominantemente ligada aos trabalhos de Frege e Russell. Os NPs, nesta nova óptica, são "descrições truncadas"; diz Russell: "The names that we commonly use, like 'Socrates' are really abbreviations for descriptions... when we use the word 'Socrates', we are really using a

* Faculdade de Letras de Coimbra.

O valor semântico dos antropónimos no texto proverbial

description. Our thought may be rendered by some such phrase as, 'the Master of Plato', or 'the philosopher who drank the hemlock', or 'the person whom logicians assert to be mortal', but we certainly do not use the name in the proper sense of the word" (1918: 200-201). Assim os NPs são "descrições disfarçadas", na medida em que funcionam como uma condensação implícita de predicados susceptíveis de individualizar um determinado referente: Aristóteles, por exemplo, significaria "o discípulo de Platão" e/ou "o perceptor de Alexandre", Lisboa, "a capital de Portugal", etc. Conclui-se então que o NP não é um signo intencionalmente vazio: o seu significado corresponde à ou às descrições definidas que se lhe podem substituir, descrições essas que possibilitam a identificação de um referente único.

A dificuldade de seleccionar a propriedade essencial do indivíduo que torne absolutamente pertinente a "descrição abreviada" constitui o ponto frágil desta teoria. Mesmo se se optar por uma versão atenuada da teoria descritivista, segundo a qual o significado do NP equivale a uma disjunção sobre um feixe de propriedades⁽²⁾, persistem, no entanto, algumas objecções: com efeito, é sempre possível, no plano contrafactual, negar todas as propriedades normalmente atribuídas a um indivíduo sem todavia pôr em causa a referência única que o NP viabiliza: se Aristóteles não tivesse sido filósofo, se não tivesse sido preceptor de Alexandre, não deixaria, no entanto, de ser Aristóteles⁽³⁾.

Ora é justamente para acentuar a ideia de identidade referencial assegurada por certas expressões linguísticas que Kripke constrói a noção de *designador rígido*: é um *designador rígido* toda a forma linguística que permite designar o mesmo objecto ou indivíduo em todos os mundos possíveis. Assim, para Kripke, um NP garante a identidade referencial, independentemente do mundo (real, potencial ou contrafactual) em que o indivíduo for evocado, funcionando como designador de referente fixo e único. Mas se o NP garante a identidade referencial, ele pressupõe, no entanto, um processo prévio de "fixação da referência" no mundo actual,

que pode ser um gesto de ostensão ou uma descrição: depois do acto inicial de nomeação ou "baptismo", o nome transmite-se em cadeia, de locutor em locutor, mantendo estável a referência através de todos os mundos possíveis⁽⁴⁾. Embora resolva o problema delicado da referência do NP em enunciados contrafactuais, a tese de Kripke não delimita, porém, a especificidade do NP, uma vez que há, como acima se assinalou, outros tipos de expressões linguísticas que são igualmente designadores rígidos, nomeadamente as descrições definidas em uso referencial

Numa tentativa de clarificar o estatuto do NP no conjunto das categorias linguísticas que semanticamente se caracterizam pelo seu potencial de referência, Kleiber constrói a teoria do predicado de nomeação: o NP Paulo, por exemplo, diz-nos apenas que o indivíduo x em questão se chama Paulo; nesta perspectiva, o significado de um NP reduz-se ao predicado "ser chamado /N/". A descrição semântica proposta para o NP é a seguinte: x, ser chamado /N/ x. Aliciante na sua simplicidade, esta teoria não parece contudo isenta de críticas, já que o predicado "ser chamado /N/" dificilmente se poderá considerar uma propriedade essencial do objecto designado, e, conseqüentemente, um aspecto do significado do NP; diz Robert Martin: "la nomination n'échappe pas à l'arbitraire du signe: si les tables ne s'appelaient pas "tables", elles n'en seraient pas moins ce qu'elles sont; de même, si Marie s'appelait Sophie ou tout autrement encore, elle n'en serait pas moins ce qu'elle est" (1983: 14).

Na gramática de Montague, encontramos uma proposta de unificação do tratamento dos sintagmas nominais: enquanto SN, NP e nome comum quantificado têm as mesmas propriedades sintácticas, pelo que se incluem no mesmo tipo semântico)são ambos quantificadores generalizados, do tipo $\langle\langle e,t \rangle, t \rangle$). No entanto, enquanto item lexical, o NP distingue-se semanticamente do nome comum: o NP denota o mesmo indivíduo em todos os índices, sendo a sua intenção uma função constante; o nome comum denota um conjunto de indivíduos em cada índice, sendo, portanto, a sua intensão uma função variável. Como se depreende pelo que acabámos

O valor semântico dos antropónimos no texto proverbial

de afirmar, a proposta de Montague e a teoria do designador rígido de Kripke são plenamente compatíveis.

Concluída esta breve parorâmica em torno de algumas reflexões teóricas relevantes que a semântica do NP tem suscitado tanto no campo da lógica como no da linguística, verificamos que todas elas contribuem de algum modo para o esclarecimento do estatuto e do funcionamento semântico-referencial do NP, não sendo completamente incompatíveis as diferentes abordagens. De facto, não parece possível negar que o NP funciona efectivamente como designador rígido, na medida em que a sua função não é descrever ou evocar um conjunto de propriedades, mas antes apontar para um referente que permanece idêntico a si próprio em todos os mundos possíveis. No entanto, esta tese só funciona plenamente se se admitir uma fixação prévia do objectivo de referência, fixação essa que o NP, por si só, não consegue assegurar. É, pois, necessária essa etapa inicial, como atrás deixámos assinalado. Mas devemos acrescentar que o NP só cumpre a sua função de designação se em cada situação concreta de comunicação o interlocutor puder identificar o referente visado. Ora essa identificação é muitas vezes dificultada pelo facto de vários indivíduos serem portadores do mesmo NP. De facto, em Português (e certamente em todas as línguas), a homonímia é extremamente frequente entre os NP, sobretudo entre os antropónimos; por isso, muitas vezes são necessários complementos de valor restrito depois de um antropónimo, de modo a facultar ao locutário informação suplementar que lhe permita identificar o referente único visado pelo locutor num determinado acto comunicativo. Nestes casos, o NP funciona praticamente como um nome comum indiciado. Só os NP que designam entidades que fazem parte da memória histórico-cultural colectiva ocorrem sem determinante e sem complementos de valor restritivo: nestes casos, é o conhecimento enciclopédico dos falantes que viabiliza o "sucesso" da referência.

Podemos então dizer que, quando utilizado numa situação comunicativa particular, o NP convoca um conjunto de predicções identifi-

cadoras, condição sine qua non para poder funcionar como designador de um referente fixo e único (quando não tem a garantia de que o NP por si só é capaz de activar essas informações que facultam a identificação do referente, o locutor tende a explicitá-las através dos complementos de valor restrito já mencionados). Robert Martin sugere que o que delimita o estatuto específico do NP é o facto de o sub-conjunto de predicacões que ele convoca ou activa variar de acordo com o universo de crença dos locutores: "Les propriétés (...) qui me permettent d'identifier Paul ne sont pas nécessairement celles auxquelles pense mon interlocuteur. La communication est satisfaisante aussi longtemps que le x dont il s'agit présente seul les ensembles de propriétés auxquelles chacun pense en ce qui le concerne" (1983: 17). A variação das predicacões identificadoras através dos universos de crença individuais retiraria, assim, ao NP a (relativa) estabilidade semântica (intencional) que caracteriza o nome comum. O "designador vazio" de Stuart Mill reaparece agora sob nova luz: dado o modo contingente e flutuante como se processa a afectação de predicacões identificadoras a um NP, este signo contrasta fortemente com o nome comum, de conteúdo globalmente estável e invariante.

Sublinhe-se, porém, que as predicacões identificadoras a que Martin se refere não nos parecem configurar o "significado" do NP (como erradamente se poderia concluir da confrontação sugerida com os nomes comuns), antes devem ser encaradas como elementos que viabilizam o sucesso do acto de referência: são elementos de ordem co- e contextual que permitem aos falantes a identificação do referente rigidamente designado pelo NP.

2. É nossa intenção demonstrar nesta comunicação que itens lexicais vulgarmente considerados nas gramáticas tradicionais como NPs (Maria, Marta, João, Gonçalo, etc) perdem esse estatuto no quadro da enunciação proverbial. Relembremos sumariamente, antes de passar à confrontação directa com os textos, os traços mais salientes que na introdução teórica precedente foram invocados como características dos NPs:

O valor semântico dos antropónimos no texto proverbial

- enquanto designador rígido, o NP pressupõe a existência de um referente específico e definido;
- o NP alia ao operador iota de unicidade um predicado de nomeação;
- ao ser usado, o NP activa um conjunto de predicções identificadoras dependentes do universo de crença dos locutores.

No pequeno *corpus* que submetemos a análise, nenhum destes traços é pertinente para caracterizar o funcionamento semântico dos aparentes NPs que neles ocorrem. Sublinhe-se desde já que os provérbios são interpretados de forma relativamente estável pelos membros da comunidade linguística em que circulam, independentemente das situações concretas de interacção em que se actualizam⁽⁵⁾. Atente-se no provérbio: *Moça é Maria quando se tosquia*. Este provérbio pode ser parafraseado, tendo em conta a sua interpretação padrão, do seguinte modo: *Uma/a mulher remoça quando corta o cabelo*. Constata-se de imediato que item *Maria* é neste contexto sinónimo de *mulher*; através dele não se opera uma referência singular definida a um indivíduo fixo e único, mas sim uma referência genérica à espécie *mulheres*. Trata-se de um uso retórico de um primitivo NP: *Maria* funciona aqui como nome comum, viabilizando um processo de extensão referencial que lembra o funcionamento da clássica sinédoque. Sublinhe-se que a oração introduzida por *quando*, e parafraseável por *sempre que*, estabelece uma correlação fixa entre duas situações-tipo (situações não ancoradas no espaço e no tempo), anaforicamente articuladas pelo mesmo sujeito genérico.

Importa agora explicitar e justificar a estratégia interpretativa que nos permitiu concluir pela existência de um falso NP neste provérbio. Tendo começado por propor como interpretação "padrão" uma interpretação que de imediato substitui ao item *Maria* o item *mulher*, torna-se necessário fundamentar esta decisão. Dada a harmonia típica dos antropónimos, *Maria*, por si só, não pode funcionar como designador de referente

único: não possuímos informação cotextual ou contextual susceptível de fixar uma referência singular definida. Por outro lado, sabendo nós que um provérbio é um tipo particular de texto que se pretende veículo de expressão de verdades gerais acerca do mundo, baseadas no sistema de conhecimentos e crenças tradicionais que alicerçam a vida de uma comunidade linguístico-cultural, facilmente optamos pela leitura figurada e genérica do nome *Maria*. A escolha deste nome como base do tropo proverbial não é totalmente aleatória: há razões de ordem sociocultural, nomeadamente a alta frequência de *Maria* como primeiro nome da mulher portuguesa e ainda o facto de *Maria* simbolizar a mulher na história da religião, que explicam esta utilização do primitivo NP como nome comum, sinónimo de mulher. Do ponto de vista meramente textual, *Mulher* permite a rima interna com *tosquia*, e este paralelismo fónico é um traço recorrente característico da estrutura do enunciado proverbial.

Analisemos um outro provérbio: *Qual é Maria, tal filha cria*. Também neste caso, *Maria* é um falso NP. A interpretação usual deste provérbio pode ser explicitada pela paráfrase: *Como é a mãe, assim é a filha*. *Maria* funciona, pois, como sinónimo de *mãe*; importante para a especificação do valor semântico do aparente NP é a oposição paradigmática intratextual desencadeada pelo lexema *filha* e sintacticamente sustentada pela estrutura formular *qual...tal*, estrutura sintáctica cristalizada através da qual se estabelecem construções comparativas⁽⁶⁾. *Maria* é de novo o suporte de uma referência genérica: ao ser actualizado no provérbio, o nome que na interacção coloquial quotidiana habitualmente designa um só indivíduo passa a designar potencialmente qualquer elemento do conjunto das mulheres que satisfaça o predicado "ser mãe", discursivamente implicitado. O provérbio configura assim uma asserção comparativa de carácter gnómico, em princípio válida para todas as realizações/frases das espécies *mães* e *filhas*. Uma vez mais, a escolha do nome *Maria* parece dever-se às razões de ordem sociocultural já invocadas e à eufonia rítmica procurada pelo texto proverbial.

O valor semântico dos antropónimos no texto proverbial

Vejamus agora o provérbio: *Maria que em casa fica, se não come, depenica*. Neste provérbio, a oração relativa restritiva demonstra claramente que não estamos perante um verdadeiro NP (um NP, sendo totalmente determinado, não admite complementos de valor restritivo). *Maria* funciona uma vez mais como suporte de um acto de referência genérica; o provérbio constrói como objecto de referência a subespécie das mulheres que ficam em casa. Neste caso, só as razões de ordem sociocultural permitem justificar a escolha de *Maria* como significante base do tropo de extensão referencial.

No provérbio *Morra Marta, mas morra farta*, o nome *Marta* designa qualquer elemento do conjunto dos seres humanos. Neste provérbio, o tropo não afecta um item isolado, mas sim a globalidade do texto: com efeito, o provérbio em apreço é habitualmente interpretado como uma exortação epicurista do tipo "Que cada homem aproveite bem a vida!", onde se actualizam simultaneamente valores modais axiológicos e deonticos. A passagem da exortação específica literal ("Morra Marta...") para a exortação genérica figurada ("Que cada homem...") é desencadeada novamente pelo bloqueio interpretativo suscitado pelo (aparente) NP na impossibilidade de lhe atribuímos um referente fixo e único, pela ausência de informação contextual, operamos uma extensão referencial compatível com o carácter normativo e sentencioso do texto proverbial. A selecção do nome *Maria* é ditada por imperativos cotextuais, nomeadamente pela necessidade de rima interna com *farta*.

Consideremos agora o provérbio: *Se bem me quer João, suas obras o dirão*. *João* funciona aqui como uma metavariável de antropónimo, substituível por "fulano" ou "sicrano"; realiza uma referência singular não específica, indefinida, evidenciada de forma inequívoca pela paráfrase: "Se uma pessoa (fulano ou sicrano) gosta de outra, prova-o com actos (não com palavras)". A oposição paradigmática *actos vs palavras*, armazenada na memória pelo cotejo de um número elevado de provérbios que a glosam, permite-nos, por inferência e em virtude da lei da exaustividade, extrair deste provérbio o conteúdo semântico subentendido assinalado entre

parênteses⁽⁷⁾. Voltando ao nome *João*, verificamos, pois, que ele é figurativamente interpretado como suporte de uma referência não específica, perdendo assim o seu estatuto de NP.

No provérbio *Pedros e burros negros, nem à porta vê-los quedos*, a presença da forma plural *Pedros* conduz-nos desde logo a abandonar a hipótese do NP: um designador de referente único não admite, por definição, uma flexão de número. *Pedros* faz referência ao conjunto de indivíduos que se chamam Pedro. Note-se que a tese do predicado de nomeação defendida por Kleiber permite explicar esta utilização particular dos antropónimos, mas acrescenta-se que já não estamos, de facto, perante um autêntico NP, uma vez que neste contexto se eliminou o operador de unicidade referencial.

Vejamos ainda o provérbio: *Em casa de Gonçalo, manda mais a galinha do que o galo*. Tendo em conta a paráfrase "Há homens que se deixam dominar pelas mulheres", diremos que através do antropónimo *Gonçalo* se processa uma referência plural indefinida a um conjunto de homens.

Para interpretarmos um enunciado como este, temos de recorrer a um conjunto de mecanismos de ordem cognita que se apoiam na nossa competência enciclopédica de falantes: assim, o texto desencadeia uma comparação contrastativa entre a situação prototípica que se vive numa capoeira e aquela que se vive em casa de alguns indivíduos; o nosso conhecimento estereotipado acerca do mundo diz-nos que na capoeira manda o galo, o elemento masculino; a força expressiva do provérbio reside na descrição de uma situação que contrasta com esta situação-tipo implicitamente evocada: na casa, Gonçalo é o galo (assinale-se que estes dois itens comportam o traço /+ masculino/, e sublinhe-se o papel da rima interna no estabelecimento do paralelismo semântico); por analogia com o estatuto do galo na capoeira, esperar-se-ia a afirmação de uma determinada situação de poder (domínio de Gonçalo); o provérbio contraria esta expectativa, afirmando que em certos casos é a mulher que domina (o mecanismo

O valor semântico dos antropónimos no texto proverbial

comparativo casa/ capoeira, galo/homem, completa-se com a utilização do item *galinha*, automaticamente descodificado como substituto do item *mulher*).

Nos provérbios *Bem prega Maria em casa vazia* e *Bem prega Marta depois de farta*, *Maria* e *Marta* realizam uma referência não específica: qualquer elemento do conjunto dos seres humanos pode instanciar o domínio referencial discursivamente construído. Aliás, o primeiro provérbio funciona como uma espécie de tropo ilocutório, uma vez que expressa de forma já convencionalizada um juízo avaliativo irónico, face a uma qualquer situação que apresente "semelhanças de família" (no sentido wittgensteiniano da expressão) com a situação-tipo descrita. Por isso, talvez seja neste caso irrevelante estar a analisar isoladamente o funcionamento semântico de um só item, dado o valor pragmático global do enunciado.

3. Das análises acima efectuadas extraímos uma conclusão que julgamos poder estender a todos os primitivos antropónimos que ocorrem em provérbios: trata-se sempre de falsos NP, utilizados como suporte linguístico de uma referência genérica ou indefinida, viabilizando frequentemente operações de quantificação universal compatíveis com o estatuto eminentemente hiperbólico das asserções proverbiais. A análise do funcionamento semântico, de outros suportes habituais da referência singular definida, nomeadamente os pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoas, corrobora a nossa conclusão de que, no contexto proverbial, toda a referência nominal é não específica. Só assim se compreende a permanente flexibilidade de adequação contextual típica do provérbio⁽⁸⁾.

NOTAS

- (1) O termo "conotação" significa, para Stuart Mill, o conjunto de propriedades expressas por um nome; o mesmo autor reserva o termo "denotação" para a relação que une o nome ao objecto designado.
- (2) Referimo-nos à versão elaborada por Searle e já sugerida por Wittgenstein. Cf. Wittgenstein, *Philosophical Investigations*, 79 e Searle, "Proper Names and descriptions", in P. Edwards (ed.), *The Encyclopedia of Philosophy*, New York/London, Crowell Collier and Macmillan Inc., vol. 5, 1972, p. 487-491.
- (3) Como afirma Robert Martin, "aucune propriété ne paraît échapper, dans le NP, aux hypothèses contrafactuelles. Si Aristote avait été spartiate, s'il n'avait pas été philosophe, s'il n'avait pas rencontré Pythias (...), il n'en serait pas moins Aristote" (1983: 9).
- (4) Diz Kripke: "An initial baptism takes place. Here the object may be named by ostension, or the reference of the name be fixed by a description. When the name is 'passed from link to link' the receiver of the name must, I think, intend when he learns it to use it with the same reference as the man from whom he heard it" (1972: 302).
- (5) Concordamos com Neal R. Norrick quando ele afirma "(...) a proverb has its own customary meaning, its *standard proverbial interpretation* (SPI)" (1985: 1). Esta interpretação "padrão" representa de algum modo o significado ideacional do provérbio, independentemente da sua função interpessoal num contexto concreto de interacção.
- (6) Cf. *Tal pai, tal filho*, provérbio que a nossa memória intertextual convoca para de algum modo corroborar a oposição paradigmática *mãe vs filha*.
- (7) Em virtude da lei da exaustividade, inferimos uma predicação que se perfila em filigrana sob o enunciado proverbial devido a oposição paradigmática *actos vs palavras*, intertextualmente construída. Cf. C. Kerbrat-Orecchioni, 1986: 184-187.
- (8) Para além deste funcionamento figurado nos provérbios, os NPs admite outros usos não canónicos, usos derivados através dos quais adquirem valores logico-semânticos peculiares. Se primitivamente são usados *referencialmente*, permitindo

O valor semântico dos antropônimos no texto proverbial

designar indivíduos num determinado mundo, admitem em certos contextos uma variação de tipo lógico (*type-shifting*, na terminologia de Partee, 1987) que evidencia o polimorfismo e a flexibilidade das línguas naturais, pondo em causa a correspondência sistemática entre categorias sintáticas e tipos semânticos, defendida no quadro inicial da gramática de Montague. Assim, podem ser usados *predicativamente*, como se verifica no seguinte exemplo:

- "Ela é uma verdadeira Margaret Thatcher": aqui, o NP funciona como nome comum, denotando uma característica saliente típica do indivíduo primitivamente designado por NP.

Também podem ser usados *quantificacionalmente*, uso ilustrado pelo enunciado:

- "Todas as Anas que conheço são pessimistas": neste caso, referencia-se a parte plena do conjunto de indivíduos que se chamam "Ana" e que eu conheço; a variação de número e a presença de um complemento de valor restritivo assinalam de imediato a alteração de estatuto do primitivo NP, que passa a funcionar como mero predicado de nomeação.

Apontemos ainda outros casos de usos derivados do NP:

- "Encontrei um Pedro transtornado, muito diferente daquele que conhecera há 10 anos atrás": neste enunciado, *Pedro* não denota o indivíduo, como habitualmente acontece, mas sim uma fase temporalmente limitada do indivíduo.
- "Chamo-me Ana Cristina": aqui, os itens lexicais sublinhados designam o próprio nome do indivíduo, entendido como mera sequência de sons. Trata-se de um enunciado equivalente a "Ana Cristina é o meu nome", onde o verbo *ser* funciona como predicado identificacional.
- "Um Bragança não se deixa intimidar": precedido pelo artigo indefinido e inserido num enunciado deonticamente modalizado, que expressa uma norma subjectiva, o NP passa a designar um representante típico da família identificada pelo apelido em questão. Trata-se de um tipo peculiar de referência genérica.
- "Os Picassos têm um valor incalculável": mais um caso de uso retórico, que admite um tratamento quantificacional depois de resolvida a metonímia produtor//produto linguisticamente sustentada pelo SN plural (*Os Picassos* = as obras do indivíduo primitivamente designado pelo NP).
- "Os Tartufos pululam hoje em dia": o SN designa um conjunto plural de indivíduos com características semelhantes às do indivíduo inicialmente denotado pelo NP *Tartufo*. Na retórica clássica, este tropo é referenciado pelo termo "antonomásia".

- "No primeiro acto, ele é Napoleão": *ser Napoleão* significa neste contexto, *desempenhar o papel de Napoleão*.

Com esta nota final, quisemos apenas mostrar que o mundo dos NPs não se compadece com uma abordagem única e linear; a pluralidade dos seus usos convida-nos a um futuro trabalho de sistematização dos factos empíricos observados.

BIBLIOGRAFIA

- FREGE, G., "On concept and object" e "On sense and meaning", in P. Geach & M. Black (eds.), *Translations from the philosophical writings of Gottlob Frege*, Oxford, Basil Blackwell Publisher, 1980.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C., *L'implicite*, Paris, Armand Colin, 1986.
- KLEIBER, G., *Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres*, Paris, Klincksieck, 1981.
- KRIPKE, S., "Naming and necessity" in Davidson e Harman (eds.), *Semantics of natural language*, Reidel, Dordrecht, 1972.
- Langages*, 66, 1982.
- MARTIN, R., "La notion d'univers de croyance dans la définition du nom propre", in *Linx*, 9, 1983, p. 7-28. Este artigo foi retomado, com ligeiras modificações, em Martin, *Langage et croyance*, Pierre Mardaga, Editeur, Bruxelles, 1987, p. 137-156.
- MILL, J. S., *A system of logic*, London, Longmans, 1952, p. 14-29.
- NORRICK, R., *How proverbs mean*, Berlin/Amsterdam, Mouton Publishers, 1985.
- PARTEE, B., "Noun-phrase interpretation and type-shifting principles", in Groenendijk, de Jongh e Stokhof (eds), *Studies in Discourse Representation Theory and the Theory of Generalized Quantifiers*, Dordrecht, Grass 8, Foris, 1987.
- RECANATI, F., "La sémantique des noms propres", in *Langue Française*, 57, 1983, p. 106-118.
- RUSSELL, B., *Logic and knowledge. Essays 1901-1950*, ed. R. C. Marsh, London, 1956.